

A universidade e as incertezas do capital

Entrevista com Francisco de Oliveira*

Por Fábio Sanchez, Lilian Sampaio, Rosane Pires**

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira é professor titular aposentado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Formou-se em ciências sociais no ano de 1956, na Universidade de Recife e, depois disso, sua vida seguiu rumos diversos que passaram por lugares como a Sudene, a Cepal e o Cebrap, chegando ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic/USP, onde hoje é pesquisador. Sua trajetória nos conta a peculiaridade de sua formação intelectual que se dá à margem da universidade e que percorre diferentes espaços do território brasileiro e estrangeiro.

Francisco de Oliveira foi entrevistado pela revista *Plural* em seu número inaugural, oito anos atrás. Voltar ao professor Chico de Oliveira permitiu-nos explorar outras faces de seu pensamento, agora indagado pelas transformações concretas que se operam na pós-graduação e na concepção de pesquisa acadêmica que permeia todo esse processo. Tendo em vista suas atuais questões – o esvaziamento do espaço público, as novas formas de exclusão, o fim da negociação em torno dos fundos públicos –, esta entrevista foi uma tentativa de pensar a relação entre a universidade e a esfera pública.

Plural - A sua formação foi realizada em grande parte fora da universidade. Então, para iniciar, qual foi sua trajetória no processo de formação intelectual?

Francisco de Oliveira - A minha trajetória é atípica, o que não quer dizer que ela é exemplar, é apenas diferente. Depois de me formar em ciências sociais na então

Universidade de Recife, eu me encontrei como o filósofo da imagem popular: “O que eu faço com esse canudo debaixo do braço? Que mercado de trabalho existe?” Não existia. No Nordeste, o chamado mercado de trabalho para alguém formado em sociologia era simplesmente inexistente. Foi quando o Banco do Nordeste iniciou suas atividades. Fundado em 1954 por Vargas, iniciou diversas pesquisas econômicas, sobretudo para conhecer um pouco mais o Nordeste. Não existiam

* Entrevista realizada em 20/06/2002

** Mestrandos pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP.

profissionais para tal tarefa, então foram recrutados com critérios bastante amplos não só economistas, mas todos que tinham um diploma de nível superior na área de humanas. Você passava um ano entre cursos, conferências, estágios, sendo formado ou reformado como uma espécie de economista precário. Na verdade, não era tão precário porque os cursos de economia eram bastante ruins em todo o Brasil, não apenas no Nordeste; era uma espécie de derivação entre engenharia e direito. Se vocês forem ver a história dos economistas do Brasil, o conhecidíssimo Eugênio Gudin, líder da corrente conservadora em economia do Brasil, era engenheiro de origem. Celso Furtado era formado em direito e isso era muito comum no Brasil, porque a faculdade de direito era também de direito e ciências jurídicas e sociais. Um curso no Banco do Nordeste era melhor que os cursos nas faculdades de economia. E, assim, recrutou quadros para trabalhar no seu instituto de pesquisa, que se chamava Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) e em outras instituições que começavam a atuar no Nordeste, para o desenvolvimento econômico local. Prestei um desses concursos, passei, fiz um curso de três meses na Bahia, depois fiz estágio no Rio, fiz estágio na Superintendência da Moeda e do Crédito e, ao fim de nove meses, o tempo exatamente em que se gesta um bebê, estava pronto para aquele trabalho no Banco do Nordeste. Depois do Banco do Nordeste eu fiz a CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina], que era na época a matriz do pensamento econômico na América Latina. Na CEPAL fui

me especializando no que se chamava então “desenvolvimento econômico”, isso foi em 57, no Rio de Janeiro. Depois disso, em 1958, vim para São Paulo, como boa parte dos meus contemporâneos fazem, trabalhando em uma empresa industrial, na área de planejamento. Daqui eu voltei para Recife, convidado por Celso Furtado, de quem fui aluno na CEPAL, quando foi fundada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1959, por Juscelino Kubitschek, onde fiquei cinco anos, até o golpe de 1964. O golpe de 64 me desconvidou amavelmente, com uma leve passagem pela cadeia, para sair de novo do Nordeste. Fui para o exterior, fiquei três anos, primeiro como perito das Nações Unidas, trabalhando como programador geral na América Central, e depois no México, no Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, até a volta para o Brasil, em 1968. De volta a São Paulo, realizei atividades de consultoria em planejamento econômico um pouco cruzado com planejamento urbanístico, aquela atividade de consultoria que se fazia muito nos anos 70. Em 1971, o professor Octavio Ianni, então coordenador de um projeto no CEBRAP [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] sobre planejamento econômico, me convidou para integrar sua equipe, porque eu tinha vindo de uma experiência de planejamento regional. Então comecei a trabalhar no CEBRAP, onde fiquei 25 anos. Por volta de 1972, alguém sugeriu que eu fizesse um doutorado com o Florestan Fernandes, cheguei a fazer um projeto que versava exatamente sobre minha experiência de planejamento no Nordeste do Brasil. Entreguei-o a um grande amigo meu, muito querido, mas que perdeu meu projeto. Acho que o Florestan nunca viu esse projeto de doutoramento. Não fiz, portanto, mestrado nem

doutorado durante essa trajetória atípica. Fui ensinar na PUC [Pontifícia Universidade Católica] de São Paulo e, em 1988, vim para a USP [Universidade de São Paulo]. Minha carreira é atípica mas não é recomendável. Repetir duas vezes o mesmo processo certamente não daria certo, pois tive circunstâncias muito favoráveis. Em outras palavras, eu não recomendo nada que não seja uma carreira formada assim: graduação, mestrado, doutoramento, que é por onde corre o processo de acumulação do conhecimento.

Hoje está em pauta uma mudança do papel do mestrado na formação acadêmica, que aponta para sua extinção. Qual a importância do mestrado nesse processo de acumulação do conhecimento?

Estamos seguindo uma tendência norte-americana, evidentemente. Nos Estados Unidos, há quatro décadas, o *master* era o grau mais alto pelo qual alguém efetivamente entrava numa carreira universitária de docência e pesquisa. Exatamente nos anos em que me formei e reformei, havia muitos economistas que iam para os Estados Unidos e Inglaterra fazer o *master*, ninguém falava em Ph.D. O Ph.D., como o *doctorat d'État* na França, era um esforço sobrenatural para conseguir chegar lá. Os Estados Unidos foram reduzindo essa tradição do mestrado, que praticamente desapareceu, e hoje se passa imediatamente para o Ph.D. O Brasil está seguindo essa tendência, praticamente todos os países do mundo estão seguindo essa tendência de adaptação ao padrão norte-americano. O que isso significa em termos da produção do conhecimento e também em termos das possibilidades que são oferecidas às pessoas

que querem, depois da graduação, continuar seu aperfeiçoamento por razões extremamente variadas, umas por razões profissionais, outras por razões simplesmente de deleite? A tendência norte-americana caminha no sentido da redução, ao mínimo, do tempo de formação e aumento do tempo da profissionalização. Consideram que, dados certos avanços da ciência – isso está sobretudo baseado em teorizações equívocas sobre a informação – e as possibilidades da informação hoje, é possível queimar etapas, o que permite encurtar o tempo de formação, visando sobretudo a profissionalização. Diminui-se o tempo de formação supostamente porque a informação disponível permite isso, ao mesmo tempo amplia-se o tempo destinado à profissionalização. A meu modo de ver, isso é um equívoco, pois é encarar a produção do conhecimento como dividida em etapas muito bem demarcadas e, portanto, com a finalização do Ph.D., não se teria mais nada a aprender. É falso, porque o próprio avanço científico torna o processo de aprendizagem contínuo, não dá para baixar a guarda em nenhum momento. Essa tendência reducionista trata a produção do conhecimento como produção de informação. O CNPq [Conselho Nacional de Pesquisas] e a CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] estão apertando os prazos e depois vão terminar por extinguir também o mestrado.

É uma concepção instrumentalizada?

Totalmente instrumentalizada.

Comparando seu processo de formação com o processo de formação ha-

bitual dentro da universidade, não se poderia afirmar que aí está uma prova da dispensabilidade do mestrado e, por outro lado, das benesses abertas pela profissionalização e pela experiência “prática”?

Como eu falei, minha formação é atípica, mas não é recomendável. Não concordo com a idéia de meter as pessoas logo no fogo porque elas têm de aprender a se virar. Quando tal situação ocorre, é preciso tentar se virar, mas não deve ser assim, porque o processo de conhecimento não está assim disponível em qualquer prateleira, ele segue trajetórias, percursos, esquemas, circuitos que, se você não está neles, está fora deles. E esses percursos, circuitos, trajetórias estão hoje dentro das universidades, então as pessoas precisam estar dentro das universidades. Eu não sou partidário desse ponto de vista que bota o menino ou moça para trabalhar desde cedo para eles aprenderem, isso é conversa furada. Alguns aprendem, mas há uns que não aprendem, não por falta de inteligência, mas por não ter acesso ao processo de acumulação de conhecimento, porque a vida aperta e as imposições do trabalho tiram espaço para a ampliação do conhecimento. Eu não sou nada partidário dessa concepção.

Qual a importância da universidade pública no processo de acúmulo do conhecimento?

A universidade pública é um requisito insubstituível. Em primeiro lugar, não existem universidades privadas, salvo nos Estados Unidos; não tem universidade privada na Alemanha, você não tem universidade privada na França, você não tem universidade privada

na Inglaterra, você não tem universidade privada no Japão. Os Estados Unidos são um caso à parte, mesmo assim é preciso qualificar. As pessoas acham que Harvard é uma universidade privada e não é verdade. As grandes universidades norte-americanas, as míticas, chamadas “as sete grandes”, recebem poderosas verbas de pesquisa do Estado. Elas são mantidas, na maior parte dos casos, por verbas do Estado norte-americano; tomando todos os importantes departamentos de pesquisa na universidade, verifica-se que eles têm verbas públicas. São verbas para financiar as pesquisas básicas e ao lado disso convivem muitos centros de pesquisa que são centros de pesquisa privados, como, por exemplo, os grandes complexos do telefone, o famoso laboratório da American Telephone, laboratório mítico onde Thomas Edison inventou o telefone. Há ainda várias empresas com centros de tecnologia e de pesquisa, como os famosos centros da Fundação Rockefeller, todos eles também se beneficiam de verbas públicas para a pesquisa e usam o sistema de bolsas que o Estado norte-americano oferece. Então, é preciso qualificar o que é uma universidade privada nos Estados Unidos para sairmos dessa embromação que corre por aí, dizendo que a prova da universidade privada está dada pelos Estados Unidos. Além disso, na tradição norte-americana tem um sistema de cotas que está presente em todas as universidades, um sistema que obriga a inclusão de certos grupos da sociedade na universidade, portanto, não é o mercado que direciona as atividades da universidade. Isso, por uma história nacional muito peculiar dos Estados Unidos, história da

formação norte-americana, que é uma história avessa, ou pelo avesso, à experiência brasileira. A nossa história, a história da formação brasileira, como vocês conhecem, não é a história da formação de uma sociedade civil plural, ela é o contrário disso, a sociedade civil plural é uma invenção brasileira dos últimos cinquenta anos. Numa história assim, o Estado, sabemos, é um Estado de classe, é, por definição, opressor e coercitivo, então se trata de conquistar poderes dentro do Estado para utilizar exatamente seu poder de coerção num sentido diferente, no sentido de abrir, no sentido de democratizar. Parece uma contradição, já que o Estado é coercitivo por excelência, mas esse poder legal que ele tem pode ser usado em outra direção. Esta Universidade de São Paulo foi criada para cultivar a elite paulista, criar a elite que dirigiria o Estado, que dirigiria os negócios privados. Ora, o que aconteceu? Qual é a surpresa da universidade pública? A surpresa é que, exatamente por ser pública, ela não pode incluir critérios de discriminação em seu acesso. Isso abriu a possibilidade de que as classes sociais dominadas pudessem entrar na universidade. Se o critério fosse privado, poderia haver tanto a exclusão pelo lado da renda como a exclusão pelo lado de clivagens étnicas, religiosas ou de qualquer outra natureza, como a Igreja Católica fez durante quatro séculos. Só entrava nas escolas da Igreja Católica quem aceitasse a fé católica, alguém que não se considerasse pelo menos cristão era olhado com suspeita mesmo dentro da escola pública, mas isso foi se alargando e a universidade pública transformou-se num dos grandes espaços de democratização no Brasil.

Tem muito por fazer, ela não é completamente democrática, mas é um grande espaço de democratização, é por isso que a escola pública é fundamental nesta sociedade. A universidade pública é fundamental nesta sociedade não só como lugar da produção do conhecimento, ela é fundamental como exercício de democratização, por aí que começa a produção do conhecimento. Esse é o meu ponto de vista, acho que ela é insubstituível no Brasil.

Existe hoje um discurso que afirma o caráter elitista da universidade pública, uma vez que teriam acesso quase exclusivamente os membros das classes mais abastadas, e por isso defende-se que as universidades públicas deveriam ser pagas. Você concorda com esse argumento?

Veja a inversão perversa que se faz do argumento: como a universidade é o lugar das elites, ela deve ser paga. O argumento é o contrário, ela não deve ser paga para permitir, normalmente, não excepcionalmente, que pessoas que não pertencem às elites econômicas, sociais e culturais da sociedade tenham a chance de entrar na universidade. Eles pegam um argumento e o colocam pelo avesso. E, além disso, é uma mentira em muitos casos, nesta Faculdade de Filosofia¹ já é uma mentira. Como o Francis Aubert² dizia ontem³ — usando o sistema de estratificação, que de qualquer forma é questionável, mas pode servir — que 50% do alunado da Faculdade de Filosofia vêm das chamadas classes C e D. O que mostra que esse argumento, além de falacioso, é mentiroso. Na USP, essa relação não é dessa ordem, mas eu diria, indo mais adiante, mesmo

assim é preferível que a universidade seja pública. Por quê? Porque a universidade pública é um lugar em que se pode operar a transcendência de classe, as barreiras de classe podem ser quebradas. Eu entro como professor numa sala e não vejo classe social, não posso dirigir uma pergunta a qualquer dos meus alunos tendo como pressuposto a sua classe social, quer dizer que isso é um lugar de transcendência, é um lugar que educa e civiliza a própria classe dominante. Einstein tem uma frase muito interessante que é o título de sua melhor biografia: “Sutil é o Senhor”. Podemos dizer: “Sutil é o Capital”. Através disso, você termina privatizando a universidade porque aqui só tem rico, então vamos cobrar as matrículas, vamos cobrar as anuidades, vamos cobrar as taxas, excluindo definitivamente *los de abajo* – como dizia um grande autor mexicano.

Mas você não acha que há um processo de exclusão na universidade pública? A forma como se realiza o processo seletivo para ingressar na universidade não é uma forma de exclusão?

Não é. Isso é uma coisa que vem da sociedade. Há determinações de classe, clivagens de classe dentro da universidade? Há. Quando eu digo que não vejo a classe social dos alunos quando entro numa sala de aula, estou dizendo: não posso utilizar o critério de classe como nenhuma clivagem para classificar meus alunos, mas sei que eles vêm das classes A, B ou C; uns vêm da burguesia, outros vêm do operariado, outros vêm de um setor popular. Isso eu sei, mas o que não posso

é introduzir nos meus critérios nenhum desses pressupostos, e é nesse sentido que ela não exerce a exclusão, embora aqui dentro as diferenças de classe existam. A questão está, antes de ingressar na universidade, em primeiro lugar na sociedade. A universidade pode ser ativa nesse aspecto, mas não é a sua tarefa, não é a sua missão. O Estado pode ter mecanismos para tornar o acesso mais igualitário na universidade. Por que não têm bolsas de estudo para os alunos que chegaram ao ensino médio? Temos de tentar anular essa desvantagem antes de entrar na universidade e não banalizar a universidade. Trotski dizia que a tarefa do socialismo é muito complexa, é tornar cada um de nós um Aristóteles e um Platão, evidentemente ele estava fazendo o elogio do socialismo. Não é fácil, mas é assim, o sentido é esse.

A universidade pública se insere no espaço público, e você diz em *Os Direitos do Antivalor* que a luta de classes, os conflitos sociais se transferiram da esfera privada da produção para a esfera pública. A questão é: a luta de classes se estabelece dentro da universidade pública?

Não. Exatamente por isso que a universidade é uma abstração da sociedade, é um momento de suspensão da luta de classes, necessária para realizar o trabalho de democratização. Os critérios da luta de classes não podem entrar na universidade. A nossa questão, por exemplo, com a Reitoria não passa pela luta de classes, se passar é uma armadilha, estamos caindo em uma armadilha. Temos de tentar suspendê-la dentro da universidade, para

que o processo de democratização possa avançar, para que pessoas vindas das classes dominadas da sociedade possam entrar na universidade. O que a privatização faz é reintroduzir a luta de classes na universidade. Ao introduzir os critérios privados, se reintroduzem os mecanismos da luta de classes, no sentido da exclusão. Como diz o velho ditado: “Manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Você vai ter os critérios do tipo “sou eu quem domino, então dou as cartas”. A universidade deve ser o espaço de suspensão disso. É o que vocês estão fazendo com essa greve, suspender essa dominação, no sentido de que as vagas de professores são dadas segundo esses critérios. Admitir que o conflito na universidade se resolva nos mesmos termos em que ele se resolve na sociedade é perder a chance de avançar no processo de democratização da sociedade, de democratização do conhecimento e da possibilidade de lograr essa fala que interpela. Entretanto, essa suspensão do conflito só é sustentável aqui porque ela se dá lá fora. É essa a relação dialética entre o espaço fora e o espaço interno da universidade. Quando a Reitoria adota esses quesitos [para contratação de professores], está adotando posições da classe dominante e é isso que deve ser negado na universidade, a possibilidade de usar os critérios da classe dominante.

O seu artigo “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política”⁴ discute a questão do esvaziamento do espaço público. A universidade pública é ainda, nesse sentido, um espaço de resistência dessa dimensão pública?

A universidade ainda é o espaço público por excelência, ela está se esvaziando porque estamos cercados por uma maré montante de faculdades privadas. Em termos proporcionais, a universidade pública recuou de fato. Se pegarmos as matrículas no ensino superior no Brasil, a proporção do ensino público superior universitário total é menor do que já foi no passado. Essas faculdades [privadas] reafirmam o primeiro critério de exclusão, que é o da classe. Quando você paga, está introduzindo no acesso à universidade algo da exclusão que é do sistema capitalista. Como você reverte isso? Mantendo a universidade pública e tentando ampliá-la. Mas a força que vem de fora é extremamente contrária a isso. Estamos copiando o sistema norte-americano, ou seja, seqüencial, que visa diplomar profissionais que, no mais das vezes, não servem para nada. Exatamente porque a cópia do sistema americano é esta: há um período em que você encerra sua formação, daí para a frente é um exercício profissional. Ora, o próprio avanço científico e tecnológico anula, torna obsoletas em pouco tempo algumas profissões para as quais você se formou. Se você não tiver a capacidade de inventar ao longo de sua vida, você se torna obsoleto. Os cursos mais oferecidos são estes: administração, turismo, comércio exterior, *marketing*... O sujeito entra num curso desses, sai do outro lado com o canudo, e dentro de cinco anos ele está obsoleto, literalmente obsoleto, porque todas as técnicas mudaram e, na verdade, ele não tem conhecimento, mas apenas acumulação de técnicas, podendo tornar-se obsoleto em pouco tempo.

Batendo um pouco mais na tecla da exclusão, em seus trabalhos você desenvolve uma noção de exclusão que vai além da não inserção no mercado de trabalho. Que exclusão é essa à qual você se refere?

É uma exclusão mais poderosa do que simplesmente estar fora do mercado de trabalho. Apesar de essa ser uma exclusão que tem muita força. Por quê? Primeiro, porque o trabalho é uma mercadoria. Numa sociedade mercantil, a pior coisa é não ser nem mercadoria, então você está fora de todos os circuitos. Então, essa exclusão do mercado de trabalho é importante e decisiva, mas ela não é a única. Através dessa exclusão operam-se outras, opera-se exatamente a exclusão do mundo da fala. Essa é a exclusão mais poderosa, significa não ter a fala capaz de interpelar a situação, o *status quo*. É nesse sentido que a universidade não exclui, ela te arma com a fala capaz de interpelar. Então, quando a Marilena Chauí oferece um curso sobre Spinoza, ela está dando para vocês a fala capaz de interpelar. A exclusão do mercado de trabalho anula boa parte da fala, mas há outras. É isso que a universidade te dá e nesse sentido ela opera contra as tendências que vêm da sociedade.

Nesse sentido, a universidade cria a política?

Cria a política, cria a fala da política. Evidentemente, a fala da política depende sempre da sua iniciativa, da sua prática, da sua organização. Vocês viram nos anos 70 como foi importante o DIEESE. Por quê? Porque o DIEESE estava armado com a fala pela qual o

governo empulhava os sindicatos e os trabalhadores. Ele era *competente* no sentido dado por Marilena Chauí, no sentido fortemente crítico. O DIEESE dava instrumentos às lideranças sindicais para irem discutir os acordos salariais com os dados produzidos. Esses dados tinham a mesma escritura da fala dos membros do governo. Esses dados diziam: o custo de vida cresceu de tal mês para tal mês tanto por cento. Então, você se armava da fala capaz de interpelar. Quando seu Delfim Netto tentou empulhar, em 1973, dizendo que o custo de vida tinha um tanto, o pessoal do DIEESE tirou a conta do bolso e mostrou que o custo de vida tinha subido duas vezes aquele número, e o Delfim não pode pôr em questão esse número. A não ser que ele desse um tiro no pé e pusesse em questão toda a ciência econômica e estatística que ele tinha aprendido. O DIEESE deu um elemento sem o qual o ator entraria em desigualdade de condições. Então criou-se um outro terreno de disputa, criou-se a política.

Você disse, há pouco, do rumo que a universidade vem seguindo em direção ao modelo norte-americano, que é um modelo seqüencial e instrumentalizado. Pensando nisso e na idéia da universidade como criadora da política, podemos afirmar, no sentido utilizado por Rancièr⁵, que hoje temos a polícia tomando conta da universidade em detrimento da política?

Temos, sim, nos termos exatamente de Rancièr. Você tem entrando aqui essa redução, a banalização do mestrado. É uma forma de instrumentalizar a pesquisa e a

formação dos alunos e de introduzir, nos termos de Rancière, a polícia no lugar da política. O que é a polícia no lugar da política? É você tornar os cursos modelos. Transformar tudo em modelo. Você tem de fazer em dois anos. Ora, isso é completamente disparatado. A não ser que – coisa que eles se recusam a fazer – se encarasse a produção do conhecimento como um processo contínuo. O sujeito entraria num processo contínuo, seis anos para fazer seu trabalho. Percorreria as etapas necessárias, porque não há outra forma, mas isso sem formatar. Tem de estar atento para cada especificidade. É no longo prazo que você tem um doutor em filosofia ou sociologia. Você não pode ter um doutor em Spinoza neste formato atual. Por quê? Porque Spinoza requer, como Marilena diz, ler em grego e latim. Você faz isso em dois anos? Talvez você possa ter um mestrado de dois anos em *marketing*, mas, em Spinoza, certamente, não.

Você falou anteriormente sobre a relação do mercado de trabalho com alguns cursos, como *marketing* e administração. Esses profissionais tendem a se tornar obsoletos rapidamente. No caso das ciências humanas, como se estabelece a relação com o mercado de trabalho?

Essa não é uma questão fácil. O mercado de trabalho, você inventa. O importante é ter essa capacidade de interpelar o novo. Como os economistas estudam o mercado de trabalho ou qualquer mercado? Eles estudam assim: você tem dados anteriores, experiência social coagulada em alguns pontos no tempo, toma-se essa série do passado e

supõe que o futuro se comporta, até certo ponto, repetindo o passado. Então é isso que os economistas fazem aqui a nordeste [referência à Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, FEA/USP]. Ora, isso é verdade até certo ponto. A partir de um certo momento, que é um enigma, isso não se repete mais. Então, o mercado de trabalho é uma perpétua invenção. Se vocês me perguntarem se estão aptos e preparados para certas profissões que estão no mercado, eu vou responder: “Não, não estão”. A universidade não preparou para isso, nem deve preparar, porque isso vai ficar obsoleto em pouco tempo. O que a universidade tem de lhes dar são os métodos das ciências sociais, que os tornem capazes de ver onde podem trabalhar, nas mais variadas áreas, com esses recursos metodológicos que aprenderam aqui. Eu tive uma orientanda que fez pesquisa sobre Celso Furtado. Ela é economista e fez uma tese sobre Celso Furtado. Hoje ela é diretora de cinema. Apaixonou-se pela obra de Celso Furtado e resolveu fazer um documentário e ficção ao mesmo tempo, em que ela toma Celso Furtado e bota para dialogar, com quem? Para dialogar com Riobaldo Tatarana. Qualquer dia desses, vocês vão ver o diálogo entre o diabo do latifúndio e o senhor da razão. É Celso Furtado e o latifúndio, ali, dialogando. Ela foi armada dessa capacidade de dialogar com várias áreas.

Essas mudanças que estão ocorrendo na universidade, no processo de formação, alteram também essa capacidade de dialogar?

Alteram. Formam especialistas com uma visão cada vez mais estreita e, no final, dá no diálogo de ontem na Reitoria. Diálogo com o vice-reitor da Universidade de São Paulo, para quem Marilena Chauí teve de explicar que uma aula sobre Spinoza não dá para ser dada para 150 alunos, porque ela tem de discutir com eles um texto em latim, e não dá para discutir com 150 alunos. Quando geólogos conviviam com filósofos dentro da Maria Antônia⁶, esse diálogo era possível. Isso não é saudosismo. Na verdade, essa especialização é que é arcaica, a especialização é anacrônica no mundo moderno. O mundo não caminha no sentido da especialização. O mundo caminha no sentido da complexidade, que é diferente da especialização. Especialização é reduzir ao simples, o mundo caminha no sentido inverso. Quer dizer, se a universidade não formar pessoas capazes de enfrentar a complexidade, ela vai ficar obsoleta em pouco tempo. Todo esse discurso sobre a especialização, preparar para o mercado de trabalho, é atrozmente arcaico. Se apresenta com a aura de moderno e é o contrário.

Nas discussões que nós, alunos, temos feito em relação às mudanças pelas quais passa a pós-graduação, apelidamos a CAPES de FMI (Fundo Monetário Internacional), que, através do financiamento dos programas de pós-graduação e de seu “sistema”, impõe o seu modelo de pós-graduação, com critérios próprios de avaliação e metas. O que você acha dessa relação, sendo a CAPES um fundo público?

Acho que vocês encontraram um bom apelido para a CAPES, uma espécie de FMI da pesquisa, da pós-graduação e da formação. É preciso ter critérios de avaliação, porque se está lidando com dinheiro público. Mas os critérios de avaliação não podem ser critérios instrumentadores, não podem ser esses critérios perfeccionistas, mercantilistas. Você não pode introduzir isso na universidade. Há alguns anos, deve fazer uns quinze anos, desatou-se em São Paulo uma discussão quanto ao professor produtivo e improdutivo. Isso foi na gestão Goldenberg, quando vazou a informação sobre uma lista de professores considerados improdutivos na USP. Improdutivo porque não produziu nada, porque não estava dentro desses critérios de vinte citações em revistas no exterior e de não sei o quê. Isso vazou, dizem que propositadamente. A *Folha de S. Paulo* pegou isso e fez um escarcéu com as universidades públicas, com a USP. Então deu-se uma bela de uma discussão. Celso Furtado entrou nessa discussão com um artigo sobre Piero Sraffa. Piero Sraffa é um economista italiano que, perseguido pelo fascismo, foi morar na Inglaterra. Ele fez dois artigos durante toda a sua vida. Mas dois artigos fundamentais para a economia moderna, em que ele funda o que ficou conhecido como a Escola Neo-Ricardiana. Dizia Celso Furtado: pelos critérios dessa discussão, Piero Sraffa seria improdutivo. Só que esses dois artigos são marcos no pensamento econômico moderno, mais do que isso, Piero Sraffa organizou e editou não a sua própria obra, mas a obra de Ricardo, que está entre os três grandes economistas clássicos, o mais

importante deles, do ponto de vista da ciência econômica tradicional. Ele é mais importante que Smith. Ele é alguém em quem Marx se fundamentou largamente, e para a ciência econômica moderna é o autor fundamental. Daí vêm toda a teoria da utilidade, toda a teoria marginalista, assim chamada pela brilhante Escola de Economistas de Viena. Ricardo é a base de todos eles. Ele simplesmente editou a obra de Ricardo e sua correspondência, e isso ficou à disposição de todo o campo científico, não só da economia, como das ciências humanas, toda a teoria política da escolha pública. Piero Sraffa, se estivesse na Universidade de São Paulo, por esse critério, seria improdutivo, a Reitoria deveria demiti-lo. Para falar de um autor brasileiro contemporâneo que está vivo, Fernando Novaes levou quinze anos para fazer seu livro, que é uma obra-prima, *Portugal na Crise do Ancien Régime*. Ali, ele apanha esse momento da emergência de Portugal, a transição para o mercantilismo, a Colônia, as independências... Ele teria feito esse livro fundamental para a moderna historiografia brasileira em dois anos, para defender uma obrigatória tese de mestrado? Com toda certeza, não. Teria feito no prazo de um doutorado? Nas condições da época, não, não teria feito. Poderia fazê-lo hoje? Talvez pudesse, talvez vocês possam, devido, precisamente, a que Fernando Novaes gastou quinze anos até ter achado quais eram as fontes, ter lido todos os intérpretes da documentação portuguesa da época... Hoje, talvez alguém possa, porque as fontes estão identificadas, vocês têm à disposição códigos capazes de imediatamente dizer “é aqui que eu tenho de pesquisar”. Mas, até ele fazer isso, foi preciso

visitar a Torre do Tombo umas dez vezes, e no meio do caminho tomar muitos tombos. Você pega uma avenida errada, só se dá conta dela dois anos depois.

Não podemos errar, se errar não dá para voltar...

Ele errou, certamente. Foi por aqui, a documentação dizia por aqui, de repente surgia um outro documento. Ele errou, pôde voltar, pôde refazer. Com essa intensa instrumentalização, você elimina o acaso da pesquisa. Dizia um dos meus poetas preferidos que “o acaso é Deus”⁷. Te dá um estalo e você vê uma coisa que não parecia importante, você explora esse caminho. O acaso não ocorre de repente. Ele ocorre quando você já acumulou muito, já tem os seus sensores capazes de fazer perceber que aquela coisa nova que surgiu tem uma importância extraordinária. Porque mentalmente você já compara com outra que você explorou e que não rendeu tanto. É preciso muito acúmulo. Aliás, como o meu poeta dizia, é por isso que Deus é o acaso, porque ele tem a eternidade. Então, é um enorme acúmulo...

A Marilena Chauí, em uma atividade de greve da pós-graduação, discutindo a qualidade da pesquisa diante das atuais mudanças na universidade pública, afirmou que essas diminuições de prazos e instrumentalização do ensino acabam com a pesquisa. A pós-graduação se tornou uma forma de agregar valor à mão-de-obra, qualificando e valorizando futuros professores que vão dar aula nas faculdades privadas. Como fica a

universidade relacionando-se dessa forma com o mercado?

Fica mal. Programar a universidade pelos padrões do mercado é um equívoco. Porque o mercado, se não for invenção, é uma repetição *ad aeternitatem* dele mesmo. E daí não sai nenhuma inovação, a inovação não sai do mercado. É mentira, e essa mentira é repetida *ad nauseam*. Vejam qualquer das técnicas fundamentais que lastreiam a capacidade científica moderna, como é que ela surge? Ela surge em completa incerteza. Você, ao começar uma pesquisa qualquer, por mais que se faça um esforço de programar a pesquisa, ela abre um leque de incertezas fenomenal. Essa incerteza precisa ser socialmente sustentada, porque senão você permanece na incerteza e não chega a nenhum resultado. Vou dar um exemplo que cabe bem nesse caso. Os norte-americanos fizeram o chamado avião invisível, esse que escapa de radares. Quando os engenheiros e projetistas o projetaram, esse avião, segundo projeções, custaria 500 milhões de dólares. Quando esse avião taxiou na cabeceira da pista da base norte-americana de Edwards, ele tinha custado 5 bilhões de dólares. Dez vezes mais. O espaço da incerteza foi sustentado por quem? Pelo mercado? Não! O mercado não pode sustentar essa incerteza. Foi socialmente sustentado através do Estado norte-americano que bancou a pesquisa tecnológica capaz de fazer o avião sair da prancheta e ir para a pista de vôo. O mercado resolve essa incerteza? Não resolve. Ele não é capaz de resolver, porque o mercado trabalha sobre a experiência social concreta. Ora, com a ciência, você abre um espaço de incerteza completo, um

espaço onde a experiência social não vai, ela está anulada pela incerteza. Você tem de encontrar um substituto que sustente essa pesquisa na incerteza. Essa sustentação é social e na maior parte dos casos se dá pela via estatal, que é capaz de recolher os recursos da sociedade, é esse meu tema no “antivalor”.

Nesse sentido, a universidade pública é um antivalor? Mas, para responder, gostaríamos que você explicasse melhor o que é o antivalor.

Antivalor é uma espécie de redutor da incerteza que o próprio capitalismo exponencia a cada etapa. Ele torna essa incerteza exponencial. Porque ele anula a experiência anterior, ou pelo menos atenua a experiência anterior em graus muito radicais. A tua experiência anterior não serve muito para projetar essa coisa nova, mas ninguém faz mágica, você precisa ser sustentado socialmente. O antivalor é a forma pela qual o sistema capitalista achou um meio de anular a incerteza. Keynes tem um conceito que é o de *redutor da incerteza*, que é muito interessante. Você tem de encontrar formas de reduzir a incerteza, senão o capitalista não empreende. Qual é a forma socialmente mais consagrada de reduzir a incerteza? É utilizar uma forma de riqueza pública, que está no conjunto da sociedade, que não é valor. O valor significa passar pelo crivo dele a sua produção; se ela não passa, em outras palavras, se ela não tem mercado, não tem como você se assegurar dele. O antivalor substitui a incerteza. Você cauciona com recursos da sociedade esse espaço entre o avião de 500 milhões de dólares e o avião de 5

bilhões, isso está pavimentado por uma forma de riqueza que não passa pelo crivo do valor. O valor não sanciona isso. Em uma matéria na *Folha de S. Paulo*, um empresário dizia: “Não podemos ter competitividade tal como o governo quer, porque não podemos fazer pesquisa porque o mercado não sustenta”. Esse cidadão é um idiota completo, ele não entendeu nada do sistema capitalista. Mas, como Marx dizia, apesar disso eles operam. Quem sustenta isso? É preciso dizer a esse idiota que, para vencer esse espaço, existe a FAPESP, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A FAPESP é o antivalor, ela cauciona socialmente com recursos tirados da sociedade esse espaço da incerteza, em que o sujeito, por mais que programe, não sabe exatamente onde vai dar. Isso em Marx chama-se *salto mortal da mercadoria*. O antivalor é a rede que você põe debaixo do trapezista que está lá em cima e que vai dar um salto solto. Quem assegura que ele não se esborraça? A rede. O antivalor é isso, você cria uma rede de proteção ao risco que está no sistema capitalista de forma exponencial. Ele serve para isso. FAPESP é o antivalor. Qual é o mercado que iria patrocinar a pesquisa do genoma aqui no Brasil?

O antivalor é sustentado pelo fundo público, você fala dele como trabalhando para a acumulação do capital, como nessa história do avião e do genoma, mas em seus trabalhos fala também do fundo público como financiando a reprodução da força de trabalho. Como a universidade pública se insere na questão do direito, por um lado, e da acumulação, por outro?

A universidade pública certamente contribui para a acumulação do capital, ela não é indiferente. A questão é não transformá-la nisso, porque aí se corre o risco de reduzir o conhecimento a capital. Essa redução de conhecimento a capital pode ser mortal para o próprio sistema. Então, a FAPESP, por exemplo, como a universidade pública, não pode, até de forma egoísta para o próprio sistema, se regular pelo mercado, porque dá um tiro no pé. Não se fala nada que não seja sancionado pelo capital, ora, sancionado pelo capital significa ter valor, significa passar por esse crivo. E aí a maior parte das atividades na universidade se anula, como a maior parte das pesquisas. Não é à toa que exista um organismo tipo FAPESP. Reduzir a universidade ao mercado é anular sua potência criadora. Você vai se mexer ali onde os dados estão lançados e onde você é capaz de formar a equação do problema; onde você não é capaz, isso não vai se realizar. A universidade vai além disso, ela cria e trata de desvendar a própria incerteza que se abre, se abre exponencialmente, não tem como você caucionar. Só há um meio: você utiliza riquezas da sociedade, que não são valores. O mercado, na verdade, não é o mais importante. Isso está em autores conservadores, não precisa ser marxista. Está em um autor como Keynes. Como reduzo a incerteza, o risco? Toda a política chamada keynesiana tem esse objetivo explícito, reduzir o risco do investimento. Quem assegura ao capital que encontrará trabalhadores disponíveis para um novo investimento, se você deixar que o desemprego corroa as forças de trabalho? Keynes pensou algo que substitua o emprego, o seguro desemprego faz essa função de forma egoísta para o capital, não é pensando

de forma altruísta, não, pensando de forma egoísta.

Pensando nas fundações de direito privado no interior da USP, que hoje são uma das formas de entrada de grandes somas de recursos para segmentos da universidade e que, por seu caráter privado, recoloca os conflitos de classe na universidade. Você acha que tem uma ligação entre essas coisas, as fundações privadas e a privatização da universidade?

Eu acho que tem um elo de ligação aí claramente perceptível. As fundações privadas introduzem as clivagens que estão na sociedade. Você vai ter a formação de consultorias que são correias de transmissão. Na verdade, elas são mais do que correias de transmissão da relação entre interesses privados e a universidade, e com isso todas as discriminações que estão na sociedade e cujo trabalho da universidade deve ser o de anular, elas saltam aqui para dentro. Você vai direcionar as pesquisas cujo interesse é especificamente e diretamente produtivo. O espaço da invenção, da liberdade, pode não se anular completamente, mas é gravemente comprometido. Você começa a selecionar alunos por esse critério e colocá-los na retaguarda... E as fundações privadas têm uma forte incidência nisso aí, vão criando nichos, os professores recebem mais do que os outros professores da USP, você introduz um critério privatista na seleção de professores da USP, nas carreiras da USP. Então, o critério universal das carreiras da USP está anulado pelas

fundações privadas. Vai saber quanto ganha os professores da FEA que estão metidos nas fundações privadas, os professores da Poli que estão metidos nas fundações privadas em torno da Poli, vai saber quanto eles ganham comparado com os professores em qualquer nível da carreira aqui na Ciências Sociais. Por que a FFLCH é tão fraca na USP? Porque não tem fundações privadas.

E não tem fundações privadas por uma escolha da faculdade?

Por uma escolha dos que a formam. Como vocês viram no discurso de ontem, para dizer em termos grandiloqüentes, essa missão civilizatória é por escolha. Lá escolheram diferente. Podia ter aqui fundação? Certamente. Basta inventar uma disciplina de pesquisa de intenção de voto, você encontra imediatamente apoio do Datafolha e outros institutos de pesquisa que vão dar bolsas de estudo para você, para aprender metodologia de pesquisa de intenção de voto, de pesquisa de mercado. Não é difícil, é por escolha. Não é porque é impossível, basta transformar essa disciplina de métodos quantitativos em ciências sociais em outra coisa, que vai chover oportunidade. Pode ser que daqui para a frente não seja mais, mas até aqui é uma escolha deliberada, consciente.

Você acha que a presença das fundações de direito privado dentro da USP é sinal de uma nova forma de financiamento da universidade? Seria uma estratégia para desviar o fundo público para outras áreas?

Não. Não é estratégia para desviar, é uma estratégia para aproveitar. Porque você aproveita o imenso patrimônio que as universidades acumularam e privatiza esse patrimônio. Por que essas fundações privadas não atuam nas universidades privadas? Porque tem pouco a tirar de lá, não tem antivalor para tirar de lá, não tem esse enorme patrimônio acumulado que está nos institutos de pesquisa, está em cada um dos professores, está em vocês, alunos. Não tem isso, então não interessa fazer fundação privada lá com a FMU⁸. Interessa fazer aqui. É um mecanismo de transformação e de apropriação disso, não são novas formas de financiamento, isso é conversa fiada. Você liga aqui uma empresa privada ou uma consultoria com o patrimônio da USP. Porque isso vai aumentar a lucratividade da empresa que está com essa relação com as fundações privadas. São mecanismos que no próprio capitalismo você faz para desviar da concorrência. Só quem acredita em concorrência perfeita é aqui a nordeste [referência à Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, FEA-USP], isso não existe. Um dos mecanismos para burlar isso, para sair dessa, é você ligar isso à USP. Você tem o privilégio de dispor do enorme patrimônio que a USP acumulou. Quem pode fazer isso? Nem todas as empresas, são os espertos que fazem. Simplesmente dão um trabalho à USP, uma pesquisa de ponta que tenha de trabalhar com cálculos rigorosíssimos, onde você faz em São Paulo? Se for fazer na IBM, tem de pagar um valor muito alto, então você faz na USP, com uma pequena verba que parece uma nova forma de financiamento e é o contrário, ele está chupando um recurso único que só existe aqui. É falsa a suposição. Se eles querem traba-

lhar com a Universidade, então doem os recursos a um fundo que a Universidade constitua autonomamente, soberanamente, e tudo bem, peçam à Universidade as pesquisas que eles necessitam, mas não através de fundações privadas. Peçam, porque aí ela pode transformar isso realmente no antivalor, fazer com que isso não seja um instrumento de discriminação, mas um instrumento de democratização. Não é ilegítimo que o setor privado peça pesquisa à Universidade, ilegítimas são as formas pelas quais ele está se apropriando disso e introduzindo na Universidade os critérios da competitividade. Não é ilegítimo porque a Universidade dispõe de um enorme patrimônio que pode fazer a função exatamente de atenuar o risco e a incerteza que o sistema abre. O que é ilegítimo é transformar isso em formas pelas quais você acessa privadamente esse recurso e discrimina os outros. Então está bem! Estão interessados na Universidade de São Paulo? Ela tem um fundo no qual você deposita recurso “x” e você encomenda sua pesquisa, que a Universidade vai decidir no confronto, na contradição, a Faculdade de Filosofia também pode opinar e não só a Faculdade de Economia, não só a Poli, você vai transformando isso em outra coisa.

Então ocorre uma destruição do espaço público mas sem modificar a forma de financiamento público?

Destrói a esfera pública. Destrói exatamente o que a Universidade tem de específico, que é o momento de abstração do conflito de classes. Esse momento de abstração que na Universidade se materializa, da desigualdade que está fora dela, você destrói

isso, você introduz todos esses esquemas e mecanismos aqui dentro, quando a função dela é operar no sentido contrário. O momento de abstração que é importante é destruído. Dá nessa crise que vivemos, que de novo a FFLCH é a gata borralheira desta Universidade, porque ela não tem fundações privadas.

Para encerrar, é possível traçar uma perspectiva para a universidade pública a médio prazo?

É difícil dizer isso de forma bastante concreta. Eu não me arriscaria, posso dizer apenas generalidades. Eu diria que a perspectiva para a universidade pública, em linhas bastantes gerais, é reafirmar seus três eixos fundamentais: ela tem de ser pública, gratuita e laica, como um mecanismo de transcender exatamente o conflito de classes, da desigualdade social e transcendência do processo de democratização não só da convivalidade, da sociabilidade, mas de transcendência do campo de conhecimento. Tornar o campo de conhecimento mais acessível a um maior número de pessoas. Isso é democratizar radicalmente pela base. Uma sociedade que não democratiza o processo de produção do conhecimento nunca será

realmente uma sociedade democrática. Esse processo de produção do conhecimento é variado, não tem um modelo; a gente se inspira muito no modelo da *polis* grega, porque ali efetivamente, com a exclusão dos escravos, a exclusão das mulheres, havia um processo de produção da política, que era coletivo, que se dava de forma coletiva. A universidade, de alguma maneira, deve aspirar a isso, radicalizar a produção do conhecimento, de tal forma que, usando de novo Trotski, seja possível pensar em cada um dos cidadãos como um Platão e um Aristóteles. Isso é pura utopia, mas é nesse sentido que a universidade tem de perseguir insistentemente essa utopia. Ou, como Gramsci dizia, que cada um dos trabalhadores seja também um intelectual, e um intelectual não no sentido banal, aquele que molha os livros com o suor do sovaco, é no sentido mais refinado e mais desafiador, exatamente que cada um seja capaz de criar um mundo de incerteza, de aventura, um mundo de criação. Nesse sentido, a universidade é uma potência e ela não deve ser anulada nessa sua potência. Tem de perseguir a utopia e lutar por ela, tal como vocês estão fazendo com a greve. É muito difícil transformar isso em algo concreto, mas concreto é o acaso e o acaso é Deus. ■

¹ refere-se à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH).

² Diretor da FFLCH.

³ A entrevista foi realizada no dia seguinte ao Ato em Defesa da FFLCH, organizado por professores e alunos da faculdade e que contou com a presença de cinco professores notáveis, Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, Octavio Ianni, Aziz Ab'Saber e Antônio Cândido, além de inúmeros representantes de diferentes instituições.

⁴ Cf. OLIVEIRA, Francisco. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política" in: OLIVEIRA e PAOLI (orgs.), *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia*. Petrópolis, Vozes, 1999.

⁵ Cf. RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. São Paulo, Editora 34, 1996.

⁶ Rua onde se situava a antiga Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de São Paulo.

⁷ Referência a Carlos Pena Filho, poeta pernambucano.

⁸ Faculdades Metropolitanas Unidas, hoje Universidade, privada, localizada na cidade de São Paulo.